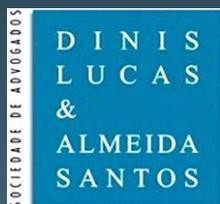


Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos Sociedade de Advogados RL



Boutique law firm



geral@dlas.pt

www.dlas.com.pt

217 816 010

Av. Republica n° 50

7-A

1050-196

Lisboa

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

SEGURANÇA INTERNA

[Portaria n.º 167/2013, de 30 de Abril](#)

Ministérios das Finanças e da Administração Interna

Define a entidade à qual é distribuída a taxa aplicada como contrapartida do exercício de uma competência de controlo público da emissão de documentos probatórios do seguro de responsabilidade civil automóvel.

PROTECÇÃO CIVIL

[Despacho n.º 5824/2013, de 06 de maio](#)

Ministério da Administração Interna - Autoridade Nacional de Proteção Civil

Atualização do valor das taxas pelos serviços de segurança contra incêndios em edifícios prestados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

AGRICULTURA / AGRO-PECUÁRIA

[Portaria n.º 165/2013, de 26 de Abril](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Estabelece medidas de proteção fitossanitária, adicionais e de emergência, destinadas à erradicação no território nacional do fitoplasma de quarentena Grapevine flavescence dorée MLO, responsável pela doença vulgarmente designada por flavescência dourada, e à contenção da dispersão do inseto vetor *Scaphoideus titanus* Ball e revoga a Portaria n.º 976/2008, de 1 de Setembro.

PESCAS

[Portaria n.º 170/2013, de 02 de Maio](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Permite, até 31 de Dezembro de 2013, a captura de achigã (*Micropterus salmoides*) de quaisquer dimensões em todos os cursos de água da sub-bacia hidrográfica da ribeira do Vascão.

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[Aviso n.º 5369/2013, de 22 de Abril](#)

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2012, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

EDUCAÇÃO

[Deliberação n.º 1019/2013, de 03 de Maio](#)

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

Fixação de prazos. Pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos. Apresentação de relatórios de auto-avaliação de ciclos de estudos em funcionamento.

EMPREGO

[Despacho n.º 5482/2013, de 24 de Abril](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Aprova, em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 6.15 "Educação para a cidadania - projetos inovadores" do eixo n.º 6 "Cidadania, inclusão e desenvolvimento social" do Programa Operacional Potencial Humano.

[Despacho n.º 5483/2013, de 24 de Abril](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Alteração ao Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 18370/2008, de 9 de julho específico da tipologia de intervenção n.º 4.1 «Bolsas de Formação Avançada» do eixo n.º 4 «Formação avançada» do Programa Operacional Potencial Humano.

ENERGIA

[Despacho n.º 5729/2013, de 02 de Maio](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Aprova as linhas gerais de execução da Campanha de Informação e Esclarecimento dos consumidores de eletricidade e de gás natural a realizar no ano de 2013.

FINANÇAS

QUESTÕES ORÇAMENTAIS

[Portaria n.º 166/2013, de 29 de Abril](#)

Ministério das Finanças

Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015, e revoga a Portaria n.º 103/2012, de 17 de Abril.

CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Despacho n.º 5720/2013, de 02 de Maio](#)

Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira

Criação do Posto Aduaneiro do Aeroporto de Beja.

JUSTIÇA

[Portaria n.º 157/2013, D.R. n.º 78, Série I de 2013-04-22](#)

Ministério da Justiça

Primeira alteração à Portaria 177/2011, de 29 de Abril que aprova a tabela de preços a cobrar por bens e serviços prestados pela Polícia Judiciária, a entidades públicas ou privadas que os requeiram.

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013, de 22 de Abril](#)

Tribunal Constitucional

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013).

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2013, de 24 de Abril](#)

Supremo Tribunal de Justiça

O sacador de um cheque que nele apuser uma data posterior à da emissão, e que em ulterior escrito por si assinado, requisitar ao banco sacado o seu não pagamento, invocando falsos extravio, subtração ou desaparecimento, com a intenção de assim obter o resultado pretendido, preenche com esse escrito o tipo de crime de «falsificação de documento», previsto pela alínea b) (redação do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março), hoje alínea d) (redação da Lei 59/2007, de 4 de Setembro), do n.º 1 do art. 256.º do Código Penal.

[Acórdão n.º 90/2013, de 03 de Maio](#)

Tribunal Constitucional

Não conhece de algumas questões de constitucionalidade e não julga inconstitucionais diversas normas do Código de Processo Penal, relativas ao chamado «caso Casa Pia».

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A, de 22 de Abril

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013.

SAÚDE

[Despacho n.º 5456-B/2013, de 23 de Abril](#)

Ministério da Saúde

Estabelece medidas relativas a aquisição de dispositivos médicos pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, (SNS), tendentes a uma redução de encargos.

[Portaria n.º 163/2013, de 24 de Abril](#)

Ministério da Saúde

Aprova as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde, bem como o respetivo Regulamento.

[Portaria n.º 168/2013, de 30 de Abril](#)

Ministério da Saúde

Segunda alteração ao Regulamento do Programa Modelar, aprovado pela Portaria n.º 376/2008, de 23 de Maio.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRANSPORTES

[Portaria n.º 161/2013, de 23 de Abril](#)

Ministério das Finanças

Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte, previstas no regime de bens em circulação.

[Parecer n.º 4/2012, de 30 de Abril](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Efeitos de acordo entre o Conselho da Administração da TAP e a Direção do SPAC na reprivatização da TAP.

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: geral@dlas.pt
